

Em torno ao pensamento econômico de José Martí: premissas ideológicas e horizonte civilizatório de uma utopia latino-americana radical

Around the economic thought of José Martí: ideological assumptions and civilizing horizon of a radical Latin American utopia

FABIO LUIS BARBOSA DOS SANTOS | fabio.santos@unila.edu.br
Doutor em História Econômica. Professor da UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-americana). Pesquisador do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Brasília – DF, Brasil.

Recebimento do artigo 01-mar-12 | **Aceite** 14-mai-12

Resumo Neste artigo, tecemos considerações em torno às premissas ideológicas que fundamentam o projeto nacional de José Martí (1853-1895) para Cuba, com a intenção de relacionar a crítica civilizatória subjacente ao ideário de *Nuestra América* à natureza de suas ideias econômicas. Nossa hipótese é que, forjado em um contexto de relativa indiferenciação da esfera econômica, o instrumental analítico martiano permitiu-lhe captar a especificidade da formação histórica latino-americana, projetada no ideário de *Nuestra América*, assim como o dilema apresentado pela expansão estadunidense naquele contexto. Por outro lado, revelou-se insuficiente para apreender as contradições de classe características do capitalismo, e que contribuíram para frustrar a emancipação cubana naquele momento histórico. **Palavras-chave** José Martí; pensamento latino-americano; Nossa América

Abstract In this article, we have made considerations around the ideological assumptions that underpin the National project of Jose Martí (1853-1895) for Cuba, with the intention of linking the civilizational critic underlying the ideals of *Nuestra America* to the nature of his economic ideas. Our hypothesis is that, forged in a context of relative dedifferentiation of the economic sphere, the analytical instruments of Martí allowed him to capture the specificity of the historical formation of Latin America, projected in the ideals of *Nuestra America*, as well as the dilemma presented by the American expansion in that context. On the other hand, it has been insufficient to understand the class contradictions that characterize capitalism, and which have contributed to frustrate the Cuban emancipation at that historical moment. **Keywords** José Martí; Latin American Thought; *Nuestra América*.

Introdução

José Martí (1853-1895) foi o fundador e líder máximo do Partido Revolucionário Cubano, organização responsável por retomar a guerra pela independência de Cuba em 1895, quando a ilha encontrava-se sob dominação espanhola. Preso pela primeira vez aos dezesseis anos sob acusação de inconfiabilidade, Martí teve sua pena comutada pelo exílio graças às gestões de seu pai, militar espanhol que servia ao reino na ilha. Viveu na Espanha, no México, na Guatemala e na Venezuela antes de estabelecer-se em Nova Iorque em 1881, de onde escreveu para diversos jornais do continente, exerceu atribuições diplomáticas para países que não o seu, e conspirou incansavelmente até o lançamento da expedição revolucionária em 1895, na qual perdeu a vida. Morando nos Estados Unidos, Martí adquiriu uma fina percepção do expansionismo que presidia a política deste país, ao tempo em que desenvolveu um rechaço cultural ao capitalismo, lapidando de forma definitiva o ideário que orientou sua militância, consignada em um legado de reputado valor literário que inclui obras poéticas, teatro, cartas e um romance. A tenacidade com que articulou os cubanos para a luta armada; a integridade demonstrada ao longo do processo, culminando em sua morte no campo de batalha; a densidade e originalidade de suas ideias, converteram-no em referência precípua para a militância democrática cubana em anos posteriores (FERNANDÉZ RETAMAR, 2006).

Neste trabalho, tecemos considerações em torno às premissas ideológicas que fundamentam o projeto nacional de José Martí (1853-1895) para Cuba, com a intenção de relacionar a crítica civilizatória subjacente ao ideário de *Nuestra América* à natureza de suas ideias econômicas. Orientado por este propósito, o texto realiza o seguinte movimento: inicialmente, expomos algumas premissas ideológicas que marcam a visão de mundo martiana, orientada por um horizonte civilizatório alternativo à modernidade ocidental, como condição para compreender o seu programa para Cuba emancipada, que delineamos a seguir. Na terceira parte, procedemos a um balanço de suas ideias referido à conjuntura em que militou. Nossa hipótese é que, forjado em um contexto de relativa indiferenciação da esfera econômica, o instrumental analítico martiano permitiu-lhe captar a especificidade da formação histórica latino-americana, projetada no ideário de *Nuestra América*, assim como o dilema apresentado pela expansão estadunidense naquele contexto. Por outro lado, revelou-se insuficiente para apreender as contradições

de classe características do capitalismo, e que contribuíram para frustrar a emancipação cubana naquele momento.

Premissas ideológicas

A visão de progresso martiana cristaliza-se no ideário de *Nuestra América* como um projeto civilizatório próprio, alternativo à modernidade ocidental, produto da conjunção entre a sua visão de homem consubstanciada na noção do *hombre natural*, e a sua visão da história, angulada em torno da noção do *carácter* como chave da interpretação de um povo.

A noção do *hombre natural* tem como premissa uma dimensão transcendente da existência, que deve orientar a organização social em contraste com o materialismo que, na visão do pensador cubano, caracteriza as sociedades industriais. O ponto de partida da sua concepção é uma suposta analogia entre homem e natureza, na qual o universal se expressa no humano e o humano converge para o universal (BALLÓN, 1995). Esta correspondência se estenderia aos diversos campos de busca e expressão do homem, constituindo o substrato da verdadeira religião, da verdadeira ciência e da verdadeira arte. Assim, Martí aborda as formas do conhecimento – de Deus, da natureza e do belo – sob o ângulo original da formação do *hombre natural*. Na sua perspectiva, o sentido do progresso é, em última análise, o redescobrimiento do indivíduo que deve ser reconectado à sua natureza, parte do harmonioso concerto universal: a religião aparece subordinada à liberdade; a ciência, ao espírito; e a arte, à natureza (MARTÍ, 2000, ps. 302-314). Este reenquadramento do problema da realização do homem enseja em Martí um questionamento do padrão civilizatório ocidental, sugerindo formas alternativas de construção, organização e divulgação do conhecimento, que obedeçam a outra racionalidade inclusiva do sentimento, presidida por uma lógica aditiva e não demonstrativa e cujo sentido precípuo é dado pela realização do humano fundada no amor.

A chave desta outra modernidade para o continente americano é a autoctonia, o que significa criar formas políticas, econômicas e culturais próprias, sintonizadas com o *espíritu* – maneira martiana de referir-se à identidade – destes povos. A premissa subjacente é a especificidade histórica da região, que emerge como uma cultura particular dotada de universalidade. A afirmação do estatuto civilizatório de *Nuestra América* está balizada por um duplo movimento da argumentação martiana: de um lado, uma valorização da cultura autóctone, assentada em uma

visão não teleológica da história. De outro, uma crítica ao homem produzido pelo padrão civilizatório ocidental, fundamentada na superação da dicotomia civilização X barbárie. Da relação dialógica entre ambos vetores do pensamento martiano – sua visão de história e sua visão de homem – emerge uma crítica ao padrão civilizatório ocidental e um projeto de modernidade alternativa (SANTOS, 2011).

Portanto, o projeto de *Nuestra América* visualizado por Martí não se reduz a um bastião da soberania latino-americana, mas identifica no continente o potencial civilizatório para a realização da sua visão de homem, explicitada na noção do *hombre natural*. Sua rejeição à modernidade ocidental está fundada no reconhecimento de um padrão de sociabilidade marcado pelo ódio inerente às relações de classe, em contradição com o desígnio amoroso que norteia a sua utopia humanista. Esta crítica está angulada por um viés ético em consonância com a sua visão de mundo, mas se enraíza na história quando aponta para a emancipação continental. Assim, no ideário de *Nuestra América* convergem a autoctonia como proposta política e o *hombre natural* como horizonte humanista.

Esta conjunção articula-se na noção de *carácter* como chave da interpretação martiana para a história de um povo, evidenciada na oposição entre as duas Américas encetada pelo pensador cubano. Ao contrário do que a palavra pode indicar, esta proposição não alude a uma suposta essência, mas remete a um processo de revelação ou não de potencialidades históricas e, neste sentido, está referido às características de uma formação histórica. Partindo de uma diferenciação do legado colonial que marca de modo contrastante as novas repúblicas independentes, Martí conclui que sua evolução posterior gerou povos de *carácter* distinto, o que significa, em última análise, que apontam para padrões civilizatórios diversos.¹

En América hay dos pueblos y no más de dos, de alma muy diversa por los orígenes, antecedentes y costumbres, y sólo semejantes en la identidad fundamental humana. De un lado está nuestra América, y todos sus pueblos son de una naturaleza, y de cuna parecida o igual y de mezcla imperante. De la otra parte está la América que no es nuestra, cuya enemistad no es cuerdo ni viable fomentar, y de la que con el decoro firme y la sagaz independencia no es imposible, y es útil, ser amigo (MARTÍ, 2001, t.8).

1 Em *Nuestra América*, constata: "(...) diferencia de orígenes, metodos y intereses entre los dos factores continentales (...)". Apresentam-se três dimensões da diferenciação: *orígenes*, ou seja, o legado colonial; *metodos*, interpretados como as relações sociais em suas várias expressões políticas, culturais e econômicas, remetidas à autoctonia; *intereses*, sugerindo o próprio sentido da história. MARTÍ, 2000, t. 2, p. 484.

O reverso da diferenciação entre as duas Américas é o diagnóstico de uma semelhança fundamental entre os Estados Unidos e a Europa, que está na raiz do rechaço martiano ao padrão civilizatório ocidental. O cerne da questão é a prevalência do “ódio de classes” como padrão de conflito social, atribuído, segundo a visão do pensador cubano, ao *carácter* destes povos: no caso europeu, remete ao despotismo e à monarquia, enquanto nos Estados Unidos trata-se de uma corrupção, na qual “(...) el afán exclusivo por la riqueza pervierte el carácter” (MARTÍ, 2000, t. 2, p. 80). Em ambos os casos, o ódio de classe não é associado ao padrão de estratificação social, mas é visto como expressão ética de uma construção histórica referenciada a um legado feudal, o que nos Estados Unidos supõe uma espécie de regressão histórica: “(...) crean un nuevo feudalismo” (MARTÍ, 2000, t. 2, p. 76).

Em oposição aos países do capitalismo central, Martí identifica em *Nuestra América* a confluência das condições históricas e das possibilidades éticas favoráveis à construção de uma sociabilidade alternativa. Nesta perspectiva, a autoctonia não é um fim em si, mas uma via de afirmação da natureza humana, obstruída nos países onde prevalece o ódio de classes. Em outras palavras, Martí interpreta a autoctonia como caminho para afirmar o *carácter* do continente, identificado com a realização de um potencial civilizatório singular, mas de alcance universal, condensado no ideal do *hombre natural*.

Enquadrada por este ângulo, a guerra cubana revela-se como uma causa nacional enganchada a um ideário universal, mediada pela realização de *Nuestra América* como uma utopia latinoamericana. Consciente da vulnerabilidade da posição insular, Martí inscreve a luta antilhana sobre o destino do continente, propondo a união urgente dos países latino-americanos como recurso defensivo face ao expansionismo estadunidense. Na ótica martiana, a causa da emancipação nas Antilhas tem relevância geopolítica mundial, na medida em que o seu triunfo servirá como um dique capaz de preservar a soberania dos países do continente, assegurando um equilíbrio nas relações internacionais, sintetizado na noção de *equilibrio del mundo*.²

2 A busca do equilíbrio, assentada no pressuposto de que a essência humana (o *hombre natural*) é harmoniosa como a natureza, é o norte magnético do pensamento martiano em todas as suas dimensões. Do ponto de vista civilizatório, o leva a rechaçar o materialismo característico do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos em nome de um projeto de modernidade orientado pela busca do equilíbrio entre as dimensões material e espiritual da existência. Do ponto de vista da estratégia política, propõe para a guerra de independência uma aliança de classes referenciada em um projeto nacional de conteúdo democrático, sintetizado no lema: “con todos y para el bien de todos”. Do ponto de vista filosófico, determina seu rechaço ao positivismo, corrente de ideias dominante na América Latina no seu tempo e dotada, neste contexto, de um conteúdo progressista em muitos casos. Recusa seu materialismo sem abraçar o idealismo que seria sua contraposição.

La guerra de independencia de Cuba, nudo del haz de islas donde se ha de cruzar, en plazo de pocos años, el comercio de los continentes, es suceso de gran alcance humano, y servicio oportuno que el heroísmo juicioso de las Antillas presta a la firmeza y trato justo de las naciones americanas, y al equilibrio aún vacilante del mundo (MARTÍ, 2000, t. 3, p. 517).

A causa da Independência cubana adquire a plenitude do seu significado: o estabelecimento da *república moral* nas Antilhas é o primeiro elo para realizar o projeto de *Nuestra América*, utopia pautada por premissas éticas fundadas no amor, orientada à realização do *hombre natural*, dotada de um conteúdo civilizatório original de alcance universal e governada segundo uma lógica que a afasta da concorrência agressiva da geopolítica mundial. Em consonância com este horizonte utópico, o ideário político que Martí projeta para a Cuba emancipada será pautado pelos valores que referenciam sua visão de mundo: equilíbrio, amor e autoctonía. Ao confrontar-se com os desafios objetivos avançados pela realidade cubana, estes princípios se traduzem em um programa de conciliação de classes em torno a um projeto de nação fundado em um marco cultural próprio.

Projeto Nacional

O alicerce da unidade nacional costurada por Martí à frente do PRC (*Partido Revolucionario Cubano*) é um projeto de conteúdo democrático, capaz de convergir uma oligarquia marcada pela herança ideológica do anexionismo/reformismo (MORENO FRAGINALS, 2005, ps. 141-150) com setores populares de escasso histórico de mobilização popular autônoma, em um contexto em que o legado escravista impõe obstáculos extraordinários à constituição das bases objetivas e subjetivas da nação. O projeto martiano visa criar as condições para uma sociedade mais equilibrada do ponto de vista econômico, com o fim precípua de promover a realização histórica do *hombre natural*, alicerçada na autoctonía. Pequena propriedade rural, democracia e salários justos resumem o seu programa social, assentado na premissa do equilíbrio entre as classes sociais.

ção, mas busca através da proposta de uma *filosofía de relación* embasar um sistema original que estaria no meio termo. Do ponto de vista geopolítico, é conduzido a projetar um papel nodal para as Antilhas no devir histórico contemporâneo através da noção do *equilibrio del mundo*. Ver: ARCE VALENTÍN, 2003; GUADARRAMA GONZALEZ, 2003.

Embora o programa do PRC não detalhe um projeto de governo a ser implementado com o triunfo da revolução, provavelmente em função da preocupação primordial de aglutinar forças em torno da questão nacional, a análise de conjunto dos textos martianos permite vislumbrar os vetores fundamentais de um programa econômico. Segundo a extensa análise de Rafael Almanza, esta proposta está alicerçada em cinco pontos: um projeto de sociedade agrícola baseada em pequenos produtores; uma indústria de bens naturais; o livre-comércio; uma produção diversificada; propaganda dos produtos americanos nos mercados mundiais (ALMANZA ALONSO, 1990).

Em termos gerais, o projeto econômico martiano pode ser visto como a conjugação objetiva da sua visão de homem condensada na noção do *hombre natural*, com a autoctonía como princípio basilar da afirmação nacional, projetados sobre a premissa geopolítica do *equilibrio del mundo*. O ponto de partida desta interpretação é a constatação nos seus escritos de uma empatia com o homem do campo que remete à noção do *hombre natural*, substanciada na compreensão de que a intimidade com a natureza é um meio para aproximar o homem de sua própria essência (MARTÍ, 2001, t. 1, p. 315). Como este contato com a essência humana através do trabalho rural é um movimento do indivíduo, a sua realização supõe um campo para o desenvolvimento da individualidade que será para Martí incompatível com a propriedade coletiva da terra.³ Como observa Almanza: “El principio martiano del valor de la libre actividad creadora del individuo era incompatible con el estatismo y la regulamentación comunitarios” (ALMANZA ALONSO, 1990, p. 264).

Se do ângulo da concepção de homem a pequena propriedade camponesa é uma alternativa econômica adequada, do ponto de vista da autoctonía a condição agrícola da base produtiva do continente não é encarada como um elemento de atraso a ser superado, mas sim sua orientação monoprodutora: a consigna é diversificar produtos.⁴ De modo correspondente, quando enfrenta a questão do comércio exterior Martí defende o livre-comércio, o que na circunstância cubana significa elidir as restrições impostas pela Espanha e abrir-se ao intercâmbio igual com todas as nações: ou seja, diversificar mercados. Assim, o eixo da sua preocupação no que concerne à inserção de Cuba no mercado mundial é a geração de receitas alfande-

3 Este é um dos ângulos da crítica do pensador cubano às idéias socialistas, e ao mesmo tempo, seu ponto de convergência com as propostas políticas de Henry George e de empatia parcial com Herbert Spencer.

4 O projeto econômico de Martí supõe, de maneira análoga ao que verifica-se no plano da cultura, um estatuto universal aos produtos americanos, que devem ser produzidos com recurso preferencial às matérias-primas e tecnologias locais e logo, promovidos e intercambiados em pé de igualdade no mercado mundial.

gárias que viabilizem a sustentação do aparato estatal, típico da América Latina decimonônica: “(...) porque tomar sin derechos lo de los Estados Unidos, que elaboran, en sus talleres cosmopolitas, cuanto conoce y da el mundo, fuera como echar al mar de un puñado la renta principal de las aduanas(...)” (MARTÍ, 2000, t. 2, p. 388).

O cubano tem consciência de que esta abertura significa, nas circunstâncias, colocar-se sob a órbita mercantil estadunidense e utiliza este trunfo programático para angariar a simpatia do vizinho do norte (MARTÍ, 2000, t. 3, p. 583). Isto não significa que Martí fosse alheio aos nexos entre dependência econômica e subordinação política. Sua participação como delegado na Conferência Monetária Internacional, promovida pelos Estados Unidos no começo dos anos 1890 com a intenção de avançar um projeto de unidade monetária no continente, tornou-lhe explícita a natureza dos mecanismos de dominação neocolonial que se enunciavam: “(...)quién dice unión económica, dice unión política. El pueblo que compra, manda. El pueblo que vende, sirve. Hay que equilibrar el comercio para asegurar la libertad” (MARTÍ, 2000, t. 2, p. 501)..

Na chave martiana a soberania econômica aparece projetada para o futuro, vinculada à diversificação da base agrícola, ao estímulo de uma indústria de bens naturais, e à busca da multiplicidade de parceiros comerciais. Na sua ótica, não é um aspecto fundamental e urgente da estratégia independentista, que procura neutralizar politicamente a agressividade estadunidense. Em última análise, o problema da dependência econômica aparece subordinado à emancipação política, enquanto a questão da divisão internacional do trabalho é remetida à noção de *equilibrio del mundo* que fundamenta a inserção geopolítica de *Nuestra América* no concerto mundial.

Balanço: Martí e o capitalismo

A consumação do capitalismo neocolonial a partir da intervenção estrangeira na Guerra de Independência cubana em 1898 explicitou os nexos de classe que uniam o capital estadunidense à classe dominante insular, às expensas da própria nação (ARMAS, 2002). Embora muitos tenham se dedicado sinceramente à causa nacional, o temor à radicalização popular franqueou as condições para um desfecho do conflito favorável àqueles que identificavam-se ideológica, política e economicamente com a tutela estadunidense, contrariando o projeto de Martí (HIDALGO PAZ, 2004). Neste sentido, o desenlace da guerra evidenciou

o alcance e os limites da sua atuação revolucionária, referidas às possibilidades históricas da circunstância em que militou.

Se a chave interpretativa martiana captou o dilema latino-americano em todo o seu alcance, visualizando com clarividência a encruzilhada que se colocava para o continente, por outro lado, o seu referencial analítico revelou-se insuficiente para identificar os nexos entre este movimento da história e a dinâmica do capitalismo (MARINELLO, 2005). Embora sua percepção do imperialismo e a apreciação sobre a sociabilidade moderna apontem para uma crítica ao capitalismo (FERNÁNDEZ RETAMAR, 2004), o ângulo da sua abordagem não consuma esta relação.

Vimos que o cerne da crítica martiana à modernidade ocidental é o rechaço a um padrão de sociabilidade marcado pelo ódio inerente às relações de classe, em oposição à racionalidade amorosa que preside o ideal do *hombre natural*. Martí atribui este ódio ao caráter dos povos, que como vimos, é expressão ética de uma construção histórica: no caso europeu, remete ao despotismo e à monarquia, enquanto nos Estados Unidos, trata-se de uma corrupção. Uma vez que o ponto de partida da sua crítica são os valores que norteiam a sociabilidade entre os homens e não as relações de classe, infere-se que é possível estabelecer relações sociais que não sejam presididas pelo ódio nos marcos deste modo de produção. Em outras palavras, é viável a um povo para o qual convergem condições históricas e possibilidades éticas favoráveis afirmar uma sociabilidade alternativa no capitalismo.⁵ Martí idealiza em *Nuestra América* este potencial civilizatório.

Esta chave interpretativa, alicerçada em uma leitura da história pautada pela autoctonia e em uma visão de homem sintetizada na noção do *hombre natural*, explica a rejeição de Martí ao socialismo como um programa político, bem como aos métodos de luta com ele identificados. Em consonância com a visão prevalente em seu tempo, o líder cubano associa o socialismo com a propriedade coletiva e a presença estatal. Avaliando estas proposições da perspectiva do seu humanismo, Martí rechaça-as como contraditórias com a afirmação da individualidade implí-

5 Martí não estabelece nexos entre as relações de produção capitalistas e a sua sociabilidade em geral. As relações entre a propriedade privada dos meios de produção, a mercantilização do trabalho e as formas de sociabilidade resultantes escapam à problemática martiana: em uma palavra, o problema do fetiche lhe é alheio. O outro ângulo a partir do qual é possível criticar a propriedade privada do ponto de vista do materialismo histórico é como óbice ao desenvolvimento das forças produtivas. Como a visão de progresso martiana não é alinhavada por este eixo, o resultado é que, de um lado, não se produz uma teleologia, e de outro, não encontra-se em sua obra uma crítica à propriedade privada, ou ao capitalismo como modo de produção.

cita na noção do *hombre natural*, revelando que, na sua ótica, a referência principal da mudança social é a formação do indivíduo, que não aparece determinada imediatamente pela condição de classe. O líder do PRC resume sua apreciação sobre o ideário socialista nas seguintes palavras:

De todo eso, por supuesto, sólo se puede considerar el buen deseo, y la verdad de los dolores punzantes que por serlo tanto llevan los planes de reforma a tal exceso. En esos planes falta el espacio preciso para el crecimiento irrepresible de la naturaleza humana, que es la base de todo sistema social posible, porque un conjunto de hombres, sólo por transición y descanso puede ser distinto de como el hombre es: lo innatural, aun cuando sea lo perfecto, no vive largo tiempo (MARTÍ. Apud ALMANZA ALONSO, 1990, p. 255).

Do ponto de vista dos métodos de luta, o líder cubano recusa como violentas as formas de pressão social identificadas com o socialismo, fundamentadas na premissa da luta de classes. Considerando que Martí não era um pacifista por princípio, morrendo em combate em Cuba, este rechaço está referido a uma associação que faz entre as táticas socialistas e o ódio de classes prevalente nas sociedades onde ele se enraíza. Ao vincular a pertinência do socialismo à noção do caráter de um povo, o militante cubano dissocia padrão de luta de classes e relações de produção capitalistas, premissa para encarar o socialismo como uma doutrina estrangeira à realidade cubana. Referindo-se ao socialismo em seu país, escreve em carta um ano antes de morrer:

Dos peligros tiene la idea socialista, como tantas otras: el de las lecturas extranjerizas, confusas e incompletas, y el de la soberbia y rabia disimulada de los ambiciosos, que para ir levantándose en el mundo empiezan por fingirse, para tener hombros en que alzarse, frenéticos defensores de los desamparados (...) (MARTÍ, Apud ALMANZA ALONSO, 1990, p. 379).

A crítica martiana à modernidade ocidental e ao socialismo evidencia que a chave para a resolução do conflito social é, na sua visão, antes ética do que econômica. Ao focalizar o homem produzido pela sociabilidade capitalista e não as relações de produção que o engendram, revela-se uma analogia entre o seu pensamento econômico, restrito à esfera da circulação, e a sua crítica à modernidade

ocidental, que não penetra no modo de produção. Nesta ótica, as contradições entre as classes sociais no capitalismo e os dinamismos econômicos subjacentes ao imperialismo são relevadas a um segundo plano, expressão de uma subordinação da economia à ética que informa o seu humanismo. O ideário condensado em *Nuestra América*, inovador como horizonte de modernidade embora reformista como modo de produção, emerge assentado em uma visão da história em que a dinâmica da luta de classes está subordinada à noção do *equilibrio del mundo*; as relações de produção capitalistas estão subordinadas ao caráter de um povo; o desenvolvimento das forças produtivas está subordinado à autoctonia; e o movimento da história está subordinado ao ideal do *hombre natural*.

Alicerçado na percepção de afinidades culturais que remetem a um passado colonial comum, o instrumental que fundamenta a análise martiana revelou-se fecundo para apreender a ameaça imperialista e o dilema histórico que o continente enfrentava em toda a sua extensão. Captou a especificidade de *Nuestra América* no contraste com o Ocidente e projetou-lhe um devir alternativo, associando de modo pioneiro a soberania do continente à afirmação de um padrão civilizatório original.⁶ Além de um pensador revolucionário de densidade singular, Martí revelou-se um notável organizador político e um destemido patriota, e esta rara reunião entre profundidade intelectual e integridade militante o converteram em referência fundamental para os movimentos revolucionários subsequentes na ilha.

Não obstante a aguda leitura histórica que realizou apontando para a singularidade latinoamericana, o instrumental martiano revelou-se insuficiente para diagnosticar as semelhanças entre esta formação socioeconômica original e o Ocidente, radicada na generalização de relações de produção capitalistas. Para isso, seria necessário um repertório de economia política que não coadunava com o ângulo da abordagem histórica martiana, e possivelmente não encontrava lastro na realidade cubana, onde a difusão incipiente do assalariamento limitava a diferenciação da esfera econômica. Este limite aparece inscrito na própria história e tem consequências decisivas do ponto de vista da apreensão dos nexos entre imperialismo e luta de classes, que se explicitam no desfecho da guerra da independência.

6 A associação entre soberania e um padrão civilizatório original será um tema recorrente no pensamento latino-americano radical, inclusive em autores e contextos que não fazem referência direta a Martí. Por exemplo, a necessidade de superar o mimetismo cultural estabelecendo as bases para um padrão de desenvolvimento referido a uma realidade própria, marca a crítica de Celso Furtado ao subdesenvolvimento, enquanto as recentes constituições da Bolívia (2007) e do Equador (2008) projetam um horizonte civilizatório alternativo assentado na afirmação de valores indígenas antagônicos à sociabilidade capitalista, sintetizados na noção do *Sumak Kawsay*.

Referências Bibliográficas

- ALMANZA ALONSO, Rafael. *En torno al pensamiento economico de José Martí*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1990.
- ARCE VALENTÍN, Reinerio. *Hacia el equilibrio del mundo. Fundamento ético de la espiritualidad u concepción del mundo en Martí*. In: Arce Valentín et al. *Por el equilibrio del mundo*. La Habana: Centro de Estudios Martianos, 2003.
- ARMAS, Ramón de. *La revolución pospuesta*. La Habana: Centro de Estudios Martianos, 2002.
- BALLÓN, José. *Lecturas Norteamericanas de José Martí: Emerson y el socialismo contemporáneo (1880-1887)*. México: UNAM, Centro Cordinador y difusor de Estudios Latinoamericanos (CCYDEL), 1995.
- FERNÁNDEZ RETAMAR, Roberto. *Martí en su (tercer) mundo*. Artigo em CD Rom, curso virtual *América Latina: Reflexiones y autoreflexiones*. Buenos Aires: Clacso, 2004.
- _____. *Introducción a José Martí*. La Habana: Editorial Letras Cubanas, 2006.
- GUADARRAMA GONZÁLEZ, Pablo. *Martí y el positivismo sui generis latinoamericano*. In: Arce Valentín et al. *Por el equilibrio del mundo*. La Habana: Centro de Estudios Martianos, 2003.
- HIDALGO PAZ, Ibrahim. *1895-1898. Contradiciones y disoluciones*. La Habana: Centro de Estudios Martianos, 2004.
- MARINELLO, Juan. Prólogo a: José Martí. *Nuestra América*. 3. ed. con correcciones y adiciones de nuevos textos. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2005.
- MARTÍ, José. *Obras Escogidas*. 3 tomos. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2000.
- _____. *Obras Completas de José Martí*. La Habana: Centro de Estudios Martianos, Karisma Digital, 2001. 1 CD-ROM.
- _____. Crônica de José Martí publicada no Anuário do Centro de Estudios Martianos, n 3, 1980, pp.36-43. In: ALMADA, Rafael. *En torno al pensamiento económico de José Martí*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1990.
- MORENO FRAGINALS, Manuel. *Cuba-Espanha-Cuba. Uma história comum*. Bauru: Edusc, 2005.
- SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. "Autoctonia como fundamento democrático de Nossa América". Em: *Latinidade. Revista do Núcleo de Estudos das Américas*. Volume 3, Número 1. Rio de Janeiro: Janeiro-Junho 2011, ps. 77 a 86.